

AS UTOPIAS NEGATIVAS E A NORMATIVIDADE DA DISCIPLINA SOCIAL

*Renato Nunes Bittencourt **

1. Introdução

A ideia de uma sociedade disciplinar/sociedade de controle, problematizada como um projeto de supressão da desordem pública motivada pela criminalidade e pela violência, certamente encontra na obra de Jeremy Bentham (*O Panóptico*) uma sistematização teórica muito razoável, servindo de base para o desenvolvimento concreto de diversos sistemas de vigilância, seja nas penitenciárias, nas fábricas, nas escolas e mesmo em hospitais. Pensemos na possibilidade de haver uma sociedade na qual todos nós fossemos vigiados intermitentemente por um grande olhar onisciente, o "Panóptico", que não deixaria escapar nenhum detalhe das nossas condutas, em especial as mais íntimas, aquelas que vão de encontro aos conservadores padrões estabelecidos de convívio social, que tanto prima pela privacidade, que pode ser compreendida como o direito do indivíduo escolher o que está disposto a revelar aos outros. Curiosamente, o estabelecimento do "Panóptico" como um instrumento direcionado para o controle das ações individuais é um projeto de inserção dessa poderosa cadeia de controle social é uma criação do Iluminismo e contemporânea da Revolução Industrial, como forma de obter sobre as disposições ativas dos indivíduos o máximo domínio, evitando-se as grandes convulsões sociais, a criminalidade e as revoltas contra o poder instituído e a ordem estabelecida. Nessas condições, a formulação do "Panóptico" seria, originalmente, uma espécie de grande projeto utópico, cuja instauração resolveria definitivamente o problema da segurança da sociedade urbana (BENTHAM, 2000: 11-74). Todavia, a realização desse projeto exige a violação do direito de usufruto de intimidade de cada indivíduo, suprimindo sua privacidade, definida "como o direito de manter o controle sobre suas próprias informações (RODOTÁ, 2008: 97). Analisado criticamente, o dispositivo do Panóptico representaria, na verdade, uma grande distopia social, pois o seu objetivo se realizaria mediante o controle intrínseco do comportamento humano, gerando em cada indivíduo o florescimento de afetos neuróticos, diante da ameaça de punição a ser infligida em cada infrator.

As utopias negativas representadas pela literatura ocidental do séc. XX retratam claramente o futuro tenebroso que o controle social, em sua expressão mais repressiva conforme o modelo do Panóptico e de seu exercício total de poder disciplinador, representaria para o desenvolvimento saudável da condição humana, destruindo as suas bases valorativas e existenciais. Dessa maneira, propomos neste escrito o estudo das obras distópicas de Aldous Huxley (*Admirável Mundo Novo*) e George Orwell (1984) à luz das teorias de autores que problematizaram o problema do controle total dos corpos e do uso político de tal dispositivo nas estruturas sociais do Estado Moderno, não apenas em sua expressão totalitária de cunho ditatorial, mas mesmo nas estruturas políticas supostamente democráticas que, em nome da manutenção da postulada “paz social”, se utiliza de subterfúgios obscurantistas para perpetuar a sua hegemonia política sobre as massas e suas aspirações existenciais.

2. A estrutura controladora do Panóptico

É fato que, na realidade concreta do dispositivo “Panóptico”, não haveria qualquer respeito pela privacidade pessoal. Nesses termos, se existisse uma sociedade controladora da subjetividade humana que se pautasse pela aplicação desse modelo de conduta, sequer existiria o termo “privacidade”, pois todas as informações seriam consideradas de pleno domínio público. A pretensão de se possuir o mínimo de privacidade e desfrute de uma vida íntima diante da esfera pública se tornaria absurda diante da organização social instituída. “A privacidade, além de não ser vista como um direito fundamental é, de fato, considerada um obstáculo à segurança, sendo superada pelas legislações de emergência”, conforme argumenta Stefano Rodotà (2008: 14). A manutenção da “paz social” requer que a individualidade humana se aliene do seu primado existencial da liberdade de estar sozinha consigo mesma, em favor da destruição da esfera recôndita de sua postulada subjetividade, “inviolável” até segunda ordem. “Atualmente, podemos sustentar com segurança que a privacidade mental, a mais íntima esfera, está sob ameaça, violando a dimensão mais reclusa de uma pessoa” (RODOTÁ, 2008: 14).

O Panóptico representa analogamente a manifestação social do olhar onisciente de Deus, que conhece de antemão o íntimo de todas as coisas. Trata-se da manifestação mais pura do controle contínuo exercido pela sociedade disciplinar, regulamentando intimamente as ações, determinando padrões de gosto e modelos de conduta que devem ser seguidos pela massa social. Os organizadores desse dispositivo acreditariam que, através da instauração desse grande sistema de observação das ações individuais, todos os grandes problemas sociais seriam banidos definitivamente do âmbito "civilizado", pois os aparatos estabilizadores saberiam coibir com precisão os comportamentos que atentam contra os parâmetros normativos estabelecidos. Agamben, em *Estado de Exceção*, apresenta como mote o fato de que, com as estruturas políticas ameaçadas ou em dissolução, a supressão da ordem jurídica passa a ser encarada com naturalidade e a se tornar regra (AGAMBEN, 2009).

A investigação sobre a natureza opressora do "Panóptico" seria retomada numa perspectiva crítica na era contemporânea por Foucault em *Vigiar e Punir*, através da explicitação dos mecanismos de imposição de poder que se encontram subjacentes na prática de controle social por meio da observação contínua da comunidade de indivíduos, desmascarando assim a arbitrariedade do poder instituído nas estruturas sociais da época do vertiginoso desenvolvimento técnico da sociedade industrial. A aplicação desse sistema coercitivo de fiscalização social através do olhar se dá em várias instâncias da vida coletiva, tais como os presídios, as fábricas, os espaços religiosos e as escolas, em que se preconiza a adequação incondicional do indivíduo às regras estabelecidas, uma submissão do sujeito aos imperativos dos detentores de poder das instituições sociais, tornando os indivíduos em "corpos dóceis" (FOUCAULT, 1984: 127). Para que esse objetivo seja realizado, se adota um conjunto de práticas de controle que automatizam a massa de indivíduos através da prescrição de uma série de medidas disciplinares, até o momento em que essa massa age de modo dócil, em decorrência da perda das capacidades pessoais de contestação. A sociedade de controle preconiza a domesticação dos impulsos singulares dos seres humanos, desmobilizando qualquer possibilidade de revolta social. Foucault considera ainda que, ao enfraquecer as resistências individuais, o poder legal suprime pela raiz toda voz de dissensão diante das manifestações de arbitrariedade (FOUCAULT, 1999:103).

A educação disciplinar do corpo individual é o meio pelo qual se torna possível que a vida dos seres humanos seja transformada em força produtiva canalizada para objetivos práticos que proporcionam resultados concretos e úteis para a sua sociedade, tais como a correção do comportamento, a grande produção de gêneros diversos que serão consumidos pelo público, o apaziguamento íntimo e o reconforto moral dos cidadãos, ou ainda o aprendizado paulatino do aluno, para que ele possa no futuro perpetuar esse sistema normativo. Decorre daí o valor concedido ao respeito rigoroso pelos horários estabelecidos, para que o tempo de produção seja aproveitado ao máximo pela classe dirigente da sociedade, que se apropria das capacidades produtivas dos seus subalternos para melhor perpetuar a sua condição de liderança. Porém, nenhum indivíduo é capaz de se envolver em intensas atividades físicas e mentais sem que venha a, em um dado momento, deixar de se sentir completamente extenuado. Como mecanismo que favorece ainda mais a dominação plena sobre as massas, o poder instituído concede folgas para os indivíduos que estão sob o seu comando, ou até mesmo, de acordo com as conveniências, forja diversos feriados, para que esses indivíduos utilizem esses momentos de descanso apenas para a reparação das forças de trabalho para o dia seguinte, sem que haja qualquer incentivo ao desenvolvimento do pensamento crítico através do cultivo da leitura e da apreciação estética das criações artísticas.

Uma vez que se encontra ao dispor dos aparatos do poder instituído, o sistema Panóptico é uma forma de coibir intimamente todo tipo de inclinação destoante das individualidades em relação às normas rigorosamente impostas, estabelecendo assim a adoção de comportamentos uniformes aos que se encontram imersos nessa realidade vigiada. A estrutura vigilante do Panóptico, segundo uma elucidativa explanação de Zygmunt Bauman seria, de acordo com os critérios coercitivos da ordem política estabelecida, uma arma eficaz contra a diferença, a opção e a variedade dos comportamentos e dos valores (BAUMAN, 1999: 58). O controle social leva a um nivelamento equânime dos indivíduos, calando o desenvolvimento criativo das suas respectivas singularidades, justamente a qualidade necessária para que ocorram situações de exceção no âmbito do engenho humano no contexto da estrutura social na qual se encontra inserido. Quanto mais medíocre, tanto melhor para a conservação da "paz pública".

O Panóptico exerce um poder de vigilância sobre a coletividade muito mais potente do que o mero olhar humano, limitado por sua própria condição natural, incapaz de perceber de modo pleno a totalidade simultânea dos acontecimentos. O asfixiante poder de controle das ações individuais, garantida pelo olhar integral, Para Foucault, o poder desaparece, ele não mais se representa, mas existe; ele se dilui na infinita multiplicidade de seu único olhar (FOUCAULT, 2006:156).

3. As distopias literárias e a expressão negativa do controle social

O elemento mais extravagante desse mecanismo de controle das aspirações individuais, conforme efetivado pelos aparelhos normativos da sociedade certamente consiste na idéia de que o bem-estar que o indivíduo tanto deseja obter somente pode ser conquistado através da supressão de sua liberdade pessoal, pois que, segundo essa perspectiva, é justamente a flexibilidade das suas ações que motivam as circunstâncias que prejudicam a estabilidade social. A aspiração utópica pela estabilidade social corre o risco a se tornar uma distopia e, tal como Erich Fromm argumenta em um texto que serve de Posfácio para *1984* de George Orwell, as utopias negativas expressam o sentimento de impotência e desesperança do homem moderno assim como as utopias antigas expressavam o sentimento de autoconfiança e esperança do homem pós-medieval (FROMM, 2009: 369). Pode a natureza humana ser modificada de tal maneira que o homem esqueça seu desejo de liberdade, dignidade, integridade, pode o homem esquecer que é humano? (FROMM, 2009: 370).

O advento dos grandes regimes totalitários no séc. XX responde de forma terrivelmente afirmativa a tal indagação, e esse problema foi muito bem retratado pelas distopias literárias de Aldous Huxley e George Orwell, que descrevem o embate entre a aspiração existencial pela liberdade e pela singularidade nas suas diversas expressões existenciais e o uso totalitário do controle disciplinar da esfera social através de violentas medidas ostensivas, assim como também através de práticas sutis de manipulação de informações. Conforme Huxley, as crises contínuas justificam o controle permanente de todo o povo e de todas as coisas por parte dos responsáveis pelo governo (HUXLEY, 2000: 23). Nesse contexto, a organização se torna

indispensável, pois a liberdade só surge e tem sentido dentro de uma comunidade auto-regulamentada de indivíduos que colaboram livremente. Porém, mesmo que seja indispensável, a organização pode também ser fatal. A organização em excesso transforma em autômatos homens e mulheres, suprimindo o espírito criador e elimina a própria possibilidade de liberdade (HUXLEY, 2000: 38-39). O nivelamento existencial dos indivíduos é um meio de se eliminar progressivamente toda diferenciação axiológica, causa básica das convulsões sociais e políticas:

É na esfera social, no domínio da política e da economia, que a Vontade de Ordem se converte realmente em perigo. Aqui, a conversão teórica da ingovernável multiplicidade em unidade compreensível equivale à transformação da diversidade humana em uniformidade subumana, da liberdade em servidão (HUXLEY, 2000: 38)

Orwell, por sua vez, em *1984* retrata uma sociedade totalitária rigidamente controlada por câmeras onipresentes que monitoram as ações individuais da população, reprimindo ações consideradas impróprias para a manutenção da postulada ordem estabelecida.¹ As relações sexuais entre os indivíduos das castas superiores são prescritas. A única abertura para a sexualidade residia na prostituição dos “proletas”, procedimento que o Partido permitia tacitamente, vendo nesta prática uma forma da massa populacional dar vazão aos impulsos que não eram adequadamente reprimidos pela disciplina social, circunstância similar ao projeto civilizatório adotado pela sociedade ocidental ao longo de sua história, inclusive na era cristã, em que as relações sexuais com prostitutas preservavam a sagrada ordem familiar. O projeto do Partido era eliminar todo prazer no ato sexual. Há várias passagens marcantes de *1984* na qual a questão sexual é descrita como um elemento pernicioso para a

¹ É interessante destacar que CHAUI (2006: 11), desenvolve uma argumentação crítica da tese de que *1984* de Orwell representaria não apenas um libelo denunciador da opressão dos estados totalitários de direita e de esquerda, mas do próprio estado democrático, que também se utiliza de mecanismos manipuladores de informação e da opressão contra a subversão das massas: “Os que julgam que *1984* se refere aos regimes totalitários tornaram-se incapazes de perceber que nos chamados países democráticos os procedimentos orwellianos são usados cotidianamente, diante de nossos olhos e ouvidos, não apenas enquanto ouvintes, telespectadores e leitores, mas de maneira mais assustadora quando somos protagonistas daquilo que o formador de opinião (o jornalista no rádio, na televisão e na imprensa) descreve e narra e que nada tem a ver com o acontecimento ou o fato de que fomos testemunhas diretas ou participantes diretos”. Ressaltemos que tal colocação se coaduna com os comentários de Erich Fromm em seu Posfácio para *1984*: “Livros como o de Orwell são advertências poderosas, e seria lamentável se o leitor, de modo autocomplacente, interpretasse *1984* como mais uma descrição da barbárie stalinista, sem perceber que o livro se refere também a nós” (FROMM, 2009:379).

manutenção da ordem totalitária: "A relação sexual devia ser encarada como uma operação ligeiramente repulsiva, uma espécie de lavagem intestinal" (ORWELL, 2009: 84); "O ato sexual bem realizado era sublevação" (ORWELL, 2009: 86). A pulsão sexual era perigosa para o Partido, e ele a utilizava em interesse próprio (ORWELL, 2009: 161). O ato sexual era um golpe contra o partido, um ato político (ORWELL, 2009: 153). Conforme a personagem Julia diz para Winston: "você fica querendo se divertir e o Partido faz de tudo para evitar que você se divirta" (ORWELL, 2009: 159).

"Quando você faz amor, está consumindo energia; depois, se sente feliz e não dá a mínima para coisa nenhuma. E eles não toleram que você se sinta assim" (ORWELL, 2009: 161). Podemos considerar que esse asfixiante dispositivo repressivo da disposição orgástica do ser humano é um grande mecanismo para a ampliação do grau de tensão psíquica da massa. Conforme o personagem O'Brien diz tenebrosamente: "O instinto sexual será erradicado. A procriação será uma formalidade anual, como a renovação do carnê de racionamento. Aboliremos o orgasmo. Nossos neurologistas já estão trabalhando nisso" (ORWELL, 2009: 312). Ao ser impedida de gozar e satisfazer adequadamente os seus desejos acaba por recalcar os seus instintos e progressivamente se aliena das suas capacidades transformadoras, tornando-se assim infeliz e submissa diante da autoridade de uma ideologia política vazia, que usa palavras de ordem e da manipulação de informações para concretizar o seu poder totalitário sobre as subjetividades. "Guerra é paz, liberdade é escravidão, ignorância é força" (ORWELL, 2009:14). Aliás, como pode haver um slogan como "liberdade é escravidão" quando o próprio conceito de "liberdade" foi abolido?

Para Huxley, em sua propaganda, os ditadores atuais limitam-se, na maioria das vezes, à repetição, supressão e racionalização - repetição de estribilhos que devem ser aceitos como verdades, supressão de fatos que eles pretendem sejam ignorados, desencadeando e racionalizando paixões que podem ser aplicadas nos interesses do partido e do Estado (HUXLEY, 2000: 57). Ora, mantendo-se em estado de constante tensão, a população se deixa controlar tranqüilamente por discursos retóricos de grande impacto afetivo, e os líderes adquirem sobre a massa uma autoridade paternal. O poder político se infiltra no âmago de cada pessoa, tornando-a dependente da grande figura condutora do povo. Orwell destacou muito bem tal

dispositivo em *1984*, ao representar em diversos momentos da narrativa a dedicação diária aos minutos de ódio contra as figuras dos postulados inimigos públicos, seções cotidianas em que havia a catarse de todos os afetos reprimidos pelo projeto autoritário de manutenção da ordem. A figura de Goldstein servia de bode expiatório simbólico para o descarregamento das emoções odiosas contidas na subjetividade de cada indivíduo. Por outro lado, a onipresente imagem carismática do “Grande Irmão” servia de amparo existencial e psicológico para a massa alienada, que lhe devotava sentimentos análogos ao da devoção religiosa. Orwell, ao elaborar essa visão angustiante da era do controle individual através do registro onisciente de todas as ações, enunciou importantes questões sobre o mecanismo ideológico da sociedade de controle, e de que maneira ela exerceria uma profunda modificação na forma pela qual o indivíduo constitui a sua existência. É uma ironia histórica que a noção de Big Brother tenha sido deturpada pelo uso vulgarizado do programa de TV homônimo, autêntica zombaria sobre o terrível poder de controle da subjetividade gerado pelo monitoramento total da conduta humana, fazendo de cada pessoa um simulacro de si mesma.

“O Grande Irmão está de olho em você” (ORWELL, 2009: 12) Essa palavra de ordem é uma espécie de secularização da crença na onisciência divina, que conhece todas as nossas ações muito melhor do que nós mesmos podemos acreditar. As “teletelas” registram, tal como os anjos vigilantes, todos os atos da oprimida sociedade da Oceânia, e esse mecanismo de vigilância total gera um efeito sobre os comportamentos corporais, suprimindo toda idéia de direito ao usufruto da subjetividade. A partir do desenvolvimento do sistema da televisão e do fabuloso avanço técnico que possibilitava a recepção e a transmissão simultâneas por intermédio do mesmo aparelho, é possível dizer que a “vida privada” chegou ao fim.

A distopia de *1984* problematiza uma questão crucial para a compreensão do direito legal pela liberdade de opinião e expressão: torna-se ato criminoso mesmo a disposição de resistência e contrariedade ao regime ditatorial, ainda que não haja uma manifestação pública de tal comportamento. Mesmo pensar contra a ideologia do regime é algo passível de punição, que na obra de Orwell recebe o nome de “crime de pensamento”, e o perigo mais letal era se falar algo subversivo dormindo (ORWELL,

2009: 82). Isso significa que na sociedade totalitária em nenhuma circunstância o indivíduo pode se considerar livre do controle total exercido pela sua subjetividade, pois mesmo que na esfera pública o indivíduo viva sob a máscara da submissão ao poder opressor, na esperança de que na sua postulada "vida íntima" possa de algum modo pretender dar vazão aos seus impulsos subversivos e virulentos contra a ordem instituída, isso em verdade é impossível, pois não há "vida íntima" no âmbito de uma sociedade de vigilância total, tampouco a abertura de qualquer oportunidade para que o indivíduo, em sua miserável existência, conseguisse em preciosos minutos de sua vida cotidiana liberar os seus afetos rancorosos, continuamente reprimidos pelo medo de sofrer sanções penais por sua insatisfação com o projeto autoritário do partido; desse modo, cabe ao indivíduo anônimo recalcar a sua ira contra a ordem totalitária, amando-a plenamente, inclusive nos seus sonhos. Aliás, se o estado opressor obtivesse a capacidade de controlar cada pensamento e impulso inconsciente do indivíduo, isso acarretaria no estabelecimento do automatismo completo do corpo humano, agindo sem reação ao imperativo do poder total. Entretanto, para o objetivo sádico da sociedade disciplinar, nada melhor do que obrigar o indivíduo a, conscientemente, aquiescer ao imperativo repressivo da autoridade política. Conforme argumenta em *1984* o personagem O'Brien, membro da alta cúpula do Partido que dissimuladamente se faz passar por opositor ao sistema:

O indivíduo só consegue ter poder na medida em que deixa de ser um indivíduo. Você conhece o lema do Partido: 'Liberdade é escravidão'. Nunca se deu conta de que a frase é reversível? Escravidão é liberdade. Sozinho – livre – o ser humano sempre será derrotado. Assim tem de ser, porque todo ser humano está condenado a morrer, o que é o maior de todos os fracassos, mas se ele atingir a submissão total e completa, se conseguir abandonar sua própria identidade, se conseguir fundir-se com o Partido a ponto de ser o Partido, então será todo-poderoso e imortal (ORWELL, 2009: 309).

Outra circunstância surpreendente em *1984* que demonstra o projeto político de se aproveitar ideologicamente da ignorância das massas consiste no empobrecimento do vocabulário: a criação da "Novilíngua", em que a literatura clássica estava a ser retraduzida e adaptada à filosofia do Partido, e da "Novafala", que visava eliminar todas as palavras consideradas ambíguas e "excessivas", numa espécie de

mecanização dos discursos, sendo a única no mundo cujo vocabulário encolhe a cada dia, e a sua finalidade consiste estreitar o âmbito do pensamento (ORWELL, 2009: 68). Conforme Orwell diz no apêndice de *1984*, "Os princípios da Novafala":

A Novafala foi concebida não para ampliar, e sim restringir os limites do pensamento, e a redução a um mínimo do estoque de palavras disponíveis era uma maneira indireta de atingir esse propósito (ORWELL, 2009, p. 349).

Com efeito, quanto menor a quantidade de palavras de um vocabulário, menor a possibilidade discursiva dos indivíduos e, por conseguinte, mais pobre se torna o campo semântico da coletividade social. O laconismo artificial estabelecido pelo mecanismo de limitação discursiva gera um progressivo automatismo das capacidades intelectuais do indivíduo, pois a possibilidade de haver divergências hermenêuticas em relação a um dado problema ou tema se dilui.

Em uma ocasião de reflexão pessoal anotada em um caderno, Winston escrevera: "Liberdade é a liberdade de dizer que dois mais dois são quatro. Se isso for admitido, tudo o mais é decorrência" (ORWELL, 2009: 101). No momento em que Winston é torturado pela elite do Partido, há uma situação paradigmática do modelo de opressão que é imposta pela ideologia ditatorial: a noção de "verdade" se modifica de acordo com os interesses particulares dos detentores do poder. O'Brien faz um sinal com a mão escondendo o polegar e indaga a Winston quantos dedos ele vê, e a resposta, baseada na evidência, é "quatro". Entretanto, não é essa a resposta que o Partido esperava ouvir, e assim o protagonista recebe uma nova dose de tortura. Não basta responder aquilo que o Partido deseja ouvir, mas que de fato o torturado *veja* o número cinco representado na mão de O'Brien. As evidências mais claras e distintas enganam, então cabe ao indivíduo, agarrado pelo poder total, renunciar a todo juízo sobre o real, sendo assim melhor nada saber. A realidade existe apenas na mente do Partido, que é coletiva e imortal. Tudo o que o Partido reconhece como "verdade" é a *verdade*. É impossível ver a verdade se não for através do olhar do Partido, Se o Partido quiser que "dois mais dois sejam cinco", assim o será. A mensagem transmitida é que, se convir ao ideário da opressão, mesmo as evidências mais indubitáveis se tornam passíveis de falsificabilidade. Trata-se da dominação total da

vida individual, em que o agir, o pensar e o viver devem ser submetidos aos parâmetros heterônomos do poder dominante, afinal, tal como expressa O'Brien, "só interessa o poder em si, o poder pelo poder, o poder puro" (ORWELL, 2009: 307-308). Nessas condições inexoravelmente opressoras, seria possível ainda dizermos que mesmo a submissão total do indivíduo ao sistema da violência estabelecida pelo Estado não seria garantia de que a imposição de humilhações e torturas se extinguiria, pois se porventura convém ao projeto sádico do detentor do poder, dispor a bel prazer da liberdade e do corpo do indivíduo, simbolicamente nu, diante da "autoridade" soberana. A crueldade é a marca do poder totalitário, que retira do indivíduo a sua dignidade humana ao fazê-lo joguete para divertimento da casta detentora do comando social. Conforme argumenta O'Brien: Poder é infligir dor e humilhação, poder é estraçalhar a mente humana e depois juntar outra vez os pedaços, dando-lhes a forma que você quiser" (ORWELL: 2009: 311).

"Verdade" e "mentira", na sociedade totalitária, se tornam conceitos axiologicamente e semanticamente fluidos, cambiáveis, representando apenas um jogo retórico conforme as conveniências da elite no poder. Uma vez que tudo pode ser "falsificado", a questão da manipulação das informações adquire uma importância primordial para a consolidação da autoridade despótica. Dominada pela ditadura da informação decodificada por interesses escusos, a população perde a capacidade de se mobilizar politicamente, agindo de acordo com a autoridade moral da publicidade e seus recortes arbitrários na "realidade", a qual, falando de forma mais precisa, perde qualquer significação genuína. Orwell destaca tal tema em decorrência do uso político da propaganda, e de que maneira ela pode mudar os rumos dos acontecimentos históricos. O nível de absurdidade da manipulação dos fatos em *1984* se dá quando se fazia acreditar que a Oceânia estava em guerra contra a Eurásia, quando em verdade era contra a Lestásia. Esse procedimento não significa, obviamente, um sinal de desorganização política e militar da ditadura em vigor, mas o contrário, isto é, justamente a capacidade de desestabilizar radicalmente toda a compreensão das massas acerca da realidade, cujo efeito terrível é a dominação política e existencial.

Por sua vez, no *Admirável Mundo Novo*, cuja sociedade asséptica cultua o "deus" Ford (o patriarca do modelo produtivo das fábricas da era moderna),

constatamos uma negação da verdade histórica e a possibilidade de se manipulá-la, conforme a sentença solene: “a história é uma farsa”. A distopia de Huxley apresenta outra faceta da sociedade de controle/disciplinar, mas surpreendentemente complementar aos traços terríveis apresentados por Orwell em *1984*; se nesta obra existe a repressão aos impulsos sexuais com uma finalidade política, na sociedade distópica de Huxley as práticas sexuais são incentivadas pelo Estado, em preferencial as casuais, pois todo vínculo duradouro entre os parceiros é compreendido como algo tolo e prejudicial para a manutenção da paz pública, pois gera o sentimento de posse sobre a vida do outro. Ninguém é de ninguém, todos são de todos. Sexo para procriação sem que haja a autorização da casta dos cientistas do *Admirável Mundo Novo* é algo perigoso para o bem-estar social, pois o risco de nascerem crianças biologicamente indesejáveis é imenso. O sexo é, portanto, um fim em si mesmo, onde o projeto existencial consiste em se obter o máximo de relações sexuais possíveis, numa espécie de vida hedonista moralmente legitimada. “Nunca deixe para amanhã o prazer que pode ter hoje”, eis outro grande slogan dessa sociedade que sustenta sua ideologia política na supressão científica do desgosto da existência (HUXLEY, 2009: 153). Assim se refere o personagem Bernard Marx acerca de sua parceira “amorosa” Lenina: “É assim que ela se encara a si mesma, não se importa de ser somente carne” (HUXLEY, 2009: 152). De acordo com essa perspectiva mega-hedonista, o mais conveniente é se relacionar com “alguém” de modo absurdamente impessoal, sem que haja afetivamente qualquer tipo de interação completa entre os parceiros, de modo que um acaba se tornando estranho ao outro, criando-se um jogo de superficialidade pseudo-amorosa.²

A princípio, poderíamos pensar que tal liberalismo sexual seria exemplo de uma sociedade progressista, onde cada indivíduo teria a possibilidade de dar vazão aos seus impulsos libidinais. Todavia, o controle social garantido por tal mecanismo ideológico é tão rigoroso como o descrito em *1984*, especificamente por causa da sutileza em que o domínio sobre a subjetividade humana é estabelecido. Não existe no *Admirável Mundo Novo* de Huxley a repressão violenta do estado policial, mas a população é mantida

² Conforme comenta Anthony Giddens acerca de uma questão conexa a esta apresentada: “Para que um relacionamento tenha a probabilidade de durar, é necessário o compromisso; mas qualquer um que se comprometa sem reservas arrisca-se a sofrer muito no futuro, no caso do relacionamento vir a se dissolver” (GIDDENS, 1993: 152).

alienada pela classe dirigente pelo poderoso estímulo sexual livre de qualquer puritanismo e pelo consumo de *soma*, um narcótico do prazer que se diferencia de qualquer outro tipo de droga entorpecente pelo fato de seu uso continuado não apresentar quaisquer tipos de efeitos colaterais, tornando-se assim uma autêntica “religião do povo”; o seu efeito mágico é apregoado pelo slogan: “Com um centímetro cúbico de Soma esvai-se o sentimento lúgubre” (HUXLEY, 2009: 148). Nesse mecanismo de libertação dos tormentos existenciais mediante o consumo de narcóticos se oculta um potente mecanismo de controle social, ocorrendo uma surpreendente inversão de papéis em relação aos procedimentos policiais usualmente empregados pelo Estado repressor, que é o de coibir a comercialização e a ingestão de tais substâncias; no entanto, em uma realidade distópica, o próprio Estado normativo se apropriaria de modo muito peculiar da capacidade de controlar a subjetividade das massas mediante o seu entorpecimento regular. Como argumenta Huxley: “É evidente que um ditador poderia, se assim o desejasse, empreender drogas para fins políticos. Poderia evitar a agitação política transformando a química cerebral dos súditos, e fazer, dessa maneira, que se contentassem com a sua condição servil” (HUXLEY, 2000: 109). A distopia do *Admirável Mundo Novo* representa assim o espelho de uma sociedade obscurantista que vive a base de entorpecentes e de uma sexualidade desenfreada como formas de se escapar do vazio existencial. Tememos amar plenamente alguém pelo fato de não queremos vir a ser usados no máximo das nossas capacidades e sermos excluídos posteriormente, quando a relação demonstrar os seus primeiros sinais de desgaste. Tal como destaca Bauman, “desenvolvemos o crônico medo de sermos deixados para trás, de sermos excluídos” (BAUMAN, 2008: 29). Não queremos ser violentados afetivamente pelo desgosto da desilusão sentimental. O excesso de situações prazerosas, proporcionada pelo Estado, enfraquece a capacidade de resistência e contestação dos indivíduos, criando neles uma dependência psicofisiológica em relação aos recursos propiciadores de prazer. Os valores dessa sociedade são intrinsecamente contrários aos da conservadora era vitoriana. O verdadeiro ato imoral é o de se permanecer com o mesmo parceiro, e não a troca constante de parceiros. A explicação é que os sentimentos de exclusividade e de família são prejudiciais para a sociedade, gerando uma estreita canalização dos impulsos e da energia (*Admirável Mundo Novo* p. 79). Cada indivíduo pertence a todos, e essa

ruptura com o milenar modelo familiar exclui da subjetividade a ideia de apego a um ente querido, gerando então uma ausência de laços duradouros entre os indivíduos.

Toda infelicidade pode ser solucionada pelo ato sexual e pelo consumo de drogas, e quando a tristeza voltar a aflorar no ânimo, basta tomar novas doses dos dois "entorpecentes". Outra situação distópica imaginada por Huxley consiste na transmissão de informações para as crianças durante o sono (hipnopédia), em especial a educação moral, que jamais deve ser racional (HUXLEY, 2009: 60). Essa técnica mirabolante se dá pelo fato de que os cientistas descobriram que, sem a intervenção da consciência, amplia-se a receptividade da mente humana, e nada mais potente do que o uso de mensagens de caráter subliminar, que não são absorvidas diretamente pela consciência, mas são assimiladas pela memória e recalçadas no inconsciente; com efeito, a fadiga e a passividade mental aumentam o efeito da sugestionabilidade dos especialistas da manipulação das ações humanas por meios sutis. A elite diretora considera que tal técnica favoreceu a criação da maior força moralizante e socializante de todos os tempos (HUXLEY, 2009: 63). O condicionamento comportamental através da sugestão verbal, ocorrendo em um estado de resistência psicológica diminuída faz com que o indivíduo não se dê conta de que ele se tornou uma marionete feliz dos interesses superiores do Estado. "Não há civilização sem estabilidade social, não há estabilidade social sem estabilidade individual", marcante lema enunciado na obra, (HUXLEY, 2009: 82). Apresentando os riscos existenciais dessa situação tenebrosa, mascarada pela necessidade da "ordem". Huxley se indaga:

É a liberdade individual conciliável com um elevado grau de sugestionabilidade individual? Podem as instituições democráticas reagir contra a subversão exercida no interior por especialistas hábeis na ciência e no mister de explorar a sugestionabilidade dos indivíduos e da multidão? (HUXLEY, 2000: 138).

Outro grande ponto em comum que podemos encontrar nas grandes distopias literárias de Huxley e Orwell consiste na demonização da leitura e dos livros. No *Admirável Mundo Novo* são proibidos os livros, poesias, textos sagrados, todos eles devidamente arquivados em cofres oficiais para que o público não tenha acesso a esses documentos. Há constantes referências a Shakespeare, e inclusive o próprio

título da obra de Huxley é retirado de um verso do V ato de *A Tempestade* do bardo inglês. O problema ideológico consiste especificamente na antiguidade de tais obras, e de que maneira elas tratam de um mundo ainda desorganizado, decadente. A justificativa utilizada pelos Estados disciplinares consiste na fajuta tese de que a literatura deprime o indivíduo, maculando-o com situações falsas que não correspondem ao âmbito concreto da realidade “perfeita” e de seu projeto de estabelecer na vida humana a harmonia e a sanidade.

Nada é considerado mais maléfico para o postulado “bem-estar” social do que a literatura tradicional, pois esta apresenta um caráter sujo, corruptor da condição humana e do *status quo* da elite condutora do poder. Quando muito é permitida a leitura dos documentos legitimados pela opressão estatal, isto é, cujos conteúdos informativos foram convenientemente manipulados. A motivação essencial de tal dispositivo de repressão aos livros é nítida: a leitura favorece a reflexão, logo, a politização do indivíduo e sua capacidade de transformar a sociedade. Dessa maneira, o estado distópico impede que se desenvolva um grupo de indivíduos pensantes, que questionem a arbitrariedade do poder mediante a cultura adquirida pelo estudo. A sociedade distópica do controle total sobre a individualidade transmite apenas simulacros informativos para a população, mediante os seus manipulados meios de comunicação, fazendo que todos creiam, todavia, que as informações narradas e as imagens transmitidas através da impressão midiática da “realidade” são de fato “reais”.³ Na sociedade disciplinar, vende-se a idéia de que pensar é algo muito perigoso, sendo melhor que o grande líder, a casta diretora, pense por todos nós. A massa social é assim mantida no estado de menoridade (intelectual e existencial) tal como problematizada por Kant em seu texto sobre “O que é Esclarecimento?”, pois cada pessoa depende da autoridade estabelecida para poder se guiar em sua vida, em decorrência da sua própria alienação da capacidade de pensar. O projeto iluminista de

³ Para o estudo dessa questão, axiologicamente convergente com o problema político da manipulação de informações, certamente é pertinente que aproveitemos as explicações de Marilena Chauí: “Paradoxalmente, rádio e TV podem oferecer-nos o mundo inteiro em um instante, mas oferece de tal maneira que o mundo real desaparece, restando apenas retalhos fragmentados de uma realidade desprovida de raiz no espaço e no tempo” (CHAUÍ, 2006, p. 49-50).

supressão das superstições e da moralidade estabelecida pela ignorância se caracteriza assim como uma tentativa de se estabelecer uma nova era da humanidade, livre do obscurantismo imposto por uma autoridade teológica e política sustentada pela inoculação do medo sobre as massas. Tal como Kant esperançosamente proclamava,

Esclarecimento [*Aufklärung*] é a saída do homem de sua menoridade, da qual ele próprio é culpado. A menoridade é a incapacidade de fazer uso de seu entendimento sem a direção de outro indivíduo. O homem é o próprio culpado dessa menoridade se a causa dele não se encontra na falta de entendimento, mas na falta de decisão e coragem de servir-se de si mesmo sem a direção de outrem. *Sapere Aude!* Tem coragem de fazer uso de teu próprio entendimento, tal é o lema do esclarecimento [*Aufklärung*] (KANT, 2005, p. 63-64).

Todavia, o ambicioso projeto iluminista de a racionalidade conduzir o homem cai por terra na era da insana sociedade disciplinar, com o seu porvir distópico ameaçando o equilíbrio psíquico de nossa neuroticamente controlada “paz” social, pois a “razão”, considerada por si só, é incapaz de proporcionar a beatitude e o progresso humano, elementos tão ansiados pelos teóricos modernos da ideologia iluminista mediante a crença de que o uso da razão desmistifica o mundo obscuro dos medos, das superstições e da ignorância, causas básicas para a perpetuação do poder opressivo dos tiranos. Proibido de pensar por si próprio e *pensar* aquilo que deseja, o homem subjugado pela dominação totalitária se torna uma besta que somente reage a estímulos externos. Conforme diz Orwell: “Ortodoxia significa não pensar. Não ter necessidade de pensar. Ortodoxia é inconsciência” (ORWELL, 2009: 70).

Uma vez que tanto Huxley como Orwell redigiram narrativas distópicas, nada mais coerente do que terminarem as suas obras descrevendo a derrota do projeto libertário do homem diante da máquina opressiva da ordem estabelecida. John, o “Selvagem”, se suicida ao constatar amargamente a perdição desse insano mundo disciplinar que se utiliza do esvaziamento existencial para melhor controlar os indivíduos, e Winston, que intimamente odiava o “Grande Irmão” e tudo aquilo que ele representa, passa a amá-lo docilmente após ser “reeducado” pelo Partido. Apesar do desfecho terrível dessas obras, o que os autores pretendem demonstrar é a idéia de

que toda pretensa “estabilidade social” não substitui a aspiração humana pela singularidade e pela sua capacidade de viver intensamente conforme os seus próprios projetos, mesmo que isso resulte na decadência individual. Com efeito, destruição pior está na vida humana se tornar um fantoche de interesses políticos alheios. Tais obras servem de advertência de que ao menos que o curso da história se altere, na experiência da sociedade de vigilância os homens do mundo inteiro perderão suas qualidades mais humanas, tornando-se autômatos sem alma, e nem sequer terão consciência disso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGAMBEN, Giorgio. *Estado de Exceção*. Trad. de Iraci D. Poletti. São Paulo: Boitempo, 2009.

BAUMAN, Zygmunt. *Globalização – As conseqüências humanas*. Trad. de Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

_____. *Medo Líquido*. Trad. de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

BENTHAM, Jeremy. *O Panóptico*. Trad. Tomas Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2000.

CHAUÍ, Marilena. *Simulacro e Poder. Uma análise da Mídia*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

FOUCAULT, Michel. *Ditos e Escritos*, IV. Trad. de Vera Lúcia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

_____. *A verdade e as formas jurídicas*. Trad. de Eduardo Jardim e Roberto Machado. Rio de Janeiro: Nau Editora, 1999.

_____. *Vigiar e Punir*. Trad. de Ligia M. Pondé Vassalo. Petrópolis: Ed. Vozes, 1984.

FROMM, Erich. “Posfácio” (1961) In: ORWELL, George. 1984. Trad. de Alexandre Hubner e Heloisa Jahn. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 365-379.

GIDDENS, Anthony. *A Transformação da Intimidade, – Sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. Trad. de Magda Lopes: São Paulo: Ed. UNESP, 1993.

HUXLEY, Aldous. *Admirável Mundo Novo*. Trad. de Lino Vallandro e Vidal Serrano. Rio de Janeiro: Ed. Globo, 2009.

_____. *Retorno ao Admirável Mundo Novo*. Trad. de Eduardo Nunes Fonseca. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000.

KANT, Immanuel. "Resposta à pergunta: O que é "Esclarecimento"? In *Textos Seletos*. Trad. de Floriano de Sousa Fernandes. Petrópolis: Vozes, 2005, p. 63-71.

ORWELL, George. 1984. Trad. de Alexandre Hubner e Heloisa Jahn. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

RODOTÁ, Stefano. *A vida na sociedade de vigilância. A privacidade hoje*. Trad. de Maria Celina Bodin de Moraes. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

SHAKESPEARE, William. *A Tempestade*. Trad. de Beatriz Viegas-Farias. Porto Alegre: L&PM, 2002.

RESUMO: Neste artigo estudamos as obras de Aldous Huxley (*Admirável Mundo Novo*) e de George Orwell (1984), narrativas denominadas como "utopias negativas", representando assim concretizações do sistema de controle social estabelecido pela estrutura política do "Panoptismo" e seu projeto de vigilância total sobre a subjetividade humana mediante a inspeção das suas ações, assim como do uso de outros recursos para a sua dominação mais precisa.

Palavras-Chave: Panóptico; Controle Social; Organização Pública; Vigilância; Modernidade.

ABSTRACT: In this article we study the workmanships of Aldous Huxley (*Brave New World*) and of George Orwell (1984), called narratives as "negative utopias", thus representing concretions of the system of social control established by the structure politics of the "Panoptism" and its project of total monitoring on the subjectivity human being by means of the inspection of its actions, as well as of the use of other resources for its more necessary domination.

Keywords: Panopticon; Social Control; Vigilance; Public Organization; Modernity.

* O autor é Doutorando em Filosofia do PPGF-UFRJ / Bolsista do CNPq.